

1 Aos 08 (oito) dias do mês de dezembro de 2022, às 09h00, os membros do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São  
2 Francisco (CBHSF) se reuniram no Auditório do *Beach Class Convention by Hõm*, situado na Rua Maria Carolina, nº 661,  
3 Boa Viagem – Recife/PE, para participarem da XLIV Reunião Plenária Ordinária do CBHSF. **Participaram os seguintes**  
4 **membros titulares:** Nelson Cunha Guimarães - Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA); Heloísa França  
5 Cavallieri, – Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Itabirito (SAAE Itabirito); Marcelo André Ramos Guimarães de Oliveira  
6 – Companhia Pernambucana de Saneamento (COMPESA); Deivid Lucas de Oliveira – Federação das Indústrias do Estado  
7 de Minas Gerais (FIEMG); João Carlos de Melo – Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM); Jadir Silva de Oliveira –  
8 Associação das Indústrias de Sucreenergéticas do Estado de Minas Gerais; Anna Priscila Camargo Dias – Distrito de  
9 Irrigação do Jaíba II; Cláudio Ademar da Silva – Piscicultura Itaparica Ltda; Ednaldo de Castro Campos – Associação dos  
10 Fruticultores da Adutora da Fonte (AFAF); Paulo Henrique Pessoa de Sales – Distrito de Irrigação do Perímetro Senador  
11 Nilo Coelho; Vilma Martins Veloso – Federação dos Pescadores Artesanais e Aquicultores de Minas Gerais (FEPAMG);  
12 Roberto Rivelino de Souza Rocha – Antônio Paiva dos Santos, Pessoa Física (pesca); José Maciel Nunes de Oliveira –  
13 Colônia de Pescadores Z-12; Altino Rodrigues Neto – Associação de Desenvolvimento Artes de Ofício (ADAO); José Valter  
14 Alves – Associação Comunitária de Estiva II; Ronald de Carvalho Guerra – Associação Quadrilátero das Águas (AQUA);  
15 Cláudio Pereira da Silva – Associação Comunitária Quilombola Lagoa das Piranhas; Elias da Silva – Associação de  
16 Desenvolvimento Sustentável; Rosa Cecília Lima Santos – Organização Sócio Cultural Amigos do Turismo e do Meio  
17 Ambiente (OSCATMA); Vanderli de Carvalho Barbosa – Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Rio das  
18 Velhas (AMEV); Almacks Luiz Silva - Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Diamantina; André Horta – Associação  
19 Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES MG); José Ivaldo de Brito Ferreira – Universidade do Estado da Bahia  
20 (INEB); Melchior Carlos do Nascimento – Universidade Federal de Alagoas (UFAL); Pedro de Araújo Lessa - Conselho  
21 Regional de Engenharia e Agronomia Sergipe (CREA); Xifroneze Santos – Quilombo Caraíbas; Manoel Uilton dos Santos –  
22 Tuxá/BA; Cícera Leal Cabral – Pankará/PE; Denys Henrique de Andrade Santiago – Prefeitura Municipal de Paracatu MG;  
23 Elísio Marinho dos Santos Neto – Prefeitura Municipal de Gararu SE; Ronaldo Pereira Lopes – Prefeitura Municipal de  
24 Penedo/AL; Thiago Figueiredo Santana – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável  
25 (SEMAD/MG); Gustavo Antônio Carneiro – Agência Reguladora de Água, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal  
26 (ADASA/DF). **Participaram os seguintes membros suplentes:** Edvan Aparecido Ribeiro – Nexa Recursos Minerais S.A;  
27 Abraão Rodrigues Lara – Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (FIEPE) (em exercício da titularidade); Thaís  
28 Nascimento Ferreira – Associação da Bacia do São Pedro (em exercício da titularidade); Heráclito Oliveira de Azevedo –  
29 Associação de Produtores do Perímetro Irrigado de Propriá (em exercício da titularidade); Maria Cícera Bezerra de Lacerda  
30 – Colônia de Pescadores Z-39 (em exercício da titularidade); Sonáli Cavalcanti Oliveira – Companhia Hidro Elétrica do São  
31 Francisco (CHESF) (em exercício da titularidade); Dênio Drummond Procópio – Companhia Energética de Minas Gerais  
32 (CEMIG) (em exercício da titularidade); Thiago Roberto Soares Vieira – Instituto Pangea IPAN: Meio Ambiente, Cultura e  
33 Educação; Josias Gomes Ribeiro Filho – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (CREA MG);  
34 Francisco de Assis Gonzaga da Silva – Prefeitura Municipal de Ouro Preto MG; Antônio Jackson Borges Lima – Prefeitura  
35 Municipal de São Brás/AL; Larissa Cayres de Souza – Secretaria do Meio Ambiente do Estado da Bahia (SEMA/BA) (em  
36 exercício da titularidade); Simone Rosa da Silva – Secretaria Executiva de Recursos Hídricos de Pernambuco (SERH) (em  
37 exercício da titularidade); Marcos Ribeiro Leite – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade  
38 (SEDURBS/SE) (em exercício da titularidade). **Participaram também:** José Gomes de Assis – Movimento Carta de  
39 Morrinhos; Johann Gnadlinger – Instituto Regional da Pequena Agropecuária (IRPAA); Dermeval Gervásio Oliveira –  
40 Fundação de Desenvolvimento Integrado do São Francisco (FUNDIFRAN); Volney Zanardi Júnior, Jorge Werneck Lima e  
41 Flávia S. F. Rodrigues – Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA); Manoel Vieira de Araújo, Ohany  
42 Vasconcelos Ferreira, Célia Maria Brandão Fróes, Tais Passos Guimarães, Jacqueline Evangelista Fonseca, Thiago Batista  
43 Campos, Maurício V. dos Santos Oliveira – Agência Peixe Vivo (APV); Jorge Izidro dos Santos – Associação Aroeira; José  
44 Amorim Neto e Paulo Vilela – Tanto Expresso; José Aldo Correia; Poliana Aparecida Valgas de Carvalho – Comitê de Bacia  
45 Hidrográfica do Rio das Velhas (CBH Rio das Velhas); Adriane Aparecida Rodrigues Guedes - Comitê de Bacia Hidrográfica  
46 do Entorno da Represa de Três Marias (SF4 - CBH Entorno da Represa de Três Marias); Douglas Falcão Wanderlei – CHESF;  
47 Rafael N. dos Santos – Pankará/PE; Fellipe Henrique Borba Alves. **Abertura e verificação do quórum.** Após verificação do  
48 quórum, o cerimonialista assume os trabalhos, saúda os presentes e discorre sobre o tema da Plenária – “*Os desafios da*  
49 *política das águas em 2023*” - e suas respectivas pautas. Posteriormente, são convidados a compor a mesa: o Presidente  
50 do CBHSF, sr. José Maciel Nunes Oliveira; a Secretária de Recursos Hídricos de Pernambuco, Sra. Simone Rosa; a  
51 representante da CHESF, Sra. Sonáli Cavalcanti; o representante da ANA, Sr. Volney Zanardi; o Secretário do CBHSF, Sr.

52 Almacks Silva; o Coordenador da Câmara Consultiva Regional do Alto São Francisco (CCR Alto SF), Sr. Altino Rodrigues  
53 Neto; o Coordenador da Câmara Consultiva Regional do Médio São Francisco (CCR Médio SF), Sr. Ednaldo Campos; o  
54 Coordenador da Câmara Consultiva Regional do Submédio São Francisco (CCR Submédio SF), Sr. Cláudio Ademar; e a  
55 Secretária da Câmara Consultiva Regional do Baixo São Francisco (CCR Baixo SF), Sra. Rosa Cecília. Integrada a mesa, é  
56 executado o hino nacional brasileiro. Na sequência, o cerimonialista faculta a palavra aos membros que compõem a mesa,  
57 os quais, em breves discursos, manifestam a satisfação de participar do evento, citam suas instâncias de representação e  
58 mencionam os desafios existentes que serão abordados ao longo da Plenária. Durante sua fala, o Sr. Maciel de Oliveira,  
59 pede um minuto de silêncio em respeito e memória de Toinho Pescador que faleceu recentemente e representa uma das  
60 figuras mais ilustres da bacia do rio São Francisco. Ademais, o presidente do CBHSF também solicita a inserção de ponto  
61 de pauta emergencial para avaliação da Deliberação *Ad referendum* nº 135/2022, que “aprova a alteração do Programa de  
62 Trabalho por meio de Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 028/ANA/2020 celebrado entre a ANA e a Agência Peixe  
63 Vivo”. Sem objeções, declara por aberta a XLIV Plenária Ordinária do CBHSF. **Homenageados CBHSF.** Maciel de Oliveira  
64 sugere que a medalha concedida aos homenageados do CBHSF passe a se chamar “Medalha Toinho Pescador”. O  
65 cerimonialista faz uma breve contextualização acerca da premiação e convida, respectivamente, os coordenadores das  
66 CCRs, os membros da Diretoria Executiva (DIREX) e seus homenageados, para que aqueles possam entregar as medalhas a  
67 estes. O cerimonialista, ao fazer a convocação, faz a leitura das minibiografias dos prestigiados, que foram: Francisco de  
68 Assis Pereira (“Bode Velho”) – representado pelo Sr. Gomes – indicado pela CCR Alto SF; Demerval Gervásio de Oliveira,  
69 nomeado pela CCR Médio SF; Johann Gnadlinger, escolha da CCR Submédio SF; Jorge Izidro, designação da CCR Baixo SF;  
70 Amorim Neto e Aldo Correia, nomeações da DIREX CBHSF. Na sequência, os homenageados têm a oportunidade de se  
71 manifestarem - incluindo o Sr. Francisco de Assis, que gravou um vídeo especialmente para a Plenária – e, neste sentido,  
72 os prestigiados agradecem a homenagem e discorrem sobre suas trajetórias e as relações estabelecidas com o Velho  
73 Chico. **Aprovação da ata da XLIII Plenária Ordinária do CBHSF.** Por solicitação do Sr. Almacks Silva e consenso do  
74 plenário, este ponto de pauta foi antecipado. Posto que apenas a Sra. Sonáli Cavalcanti fez ponderações e sugestões de  
75 melhoria para a coesão e coerência da minuta da ata da XLIII Plenária Ordinária do CBHS - realizada nos dias 19 e 20 de  
76 maio de 2022, em Ouro Preto/MG – o texto é projetado e colocado para aprovação, e é aprovado de forma unânime.  
77 **Mesa de debate “Perspectivas da Política Nacional de Recursos Hídricos para 2023”.** Com a palavra, o secretário do  
78 CBHSF explica que, por motivos médicos, os Srs. Anivaldo Miranda – coordenador da CCR Baixo SF - e Marcos Polignano –  
79 vice-presidente do CBHSF – que participariam da discussão, não puderam comparecer e, por esse motivo, a discussão  
80 ficará a cargo da Sra. Larissa Cayres, sob mediação do sr. Maciel de Oliveira. Antes de dar início aos trabalhos, um vídeo  
81 gravado pelo sr. Marcus Polignano, especialmente para este momento, é projetado. Nessa gravação, o vice-presidente do  
82 CBHSF comenta sobre a transição de governo e a possibilidade de o CBHSF ampliar seus laços e diálogos em esfera  
83 federal, aproveitando também para ressaltar a importância histórica, cultural, social e econômica da bacia hidrográfica  
84 do rio São Francisco (BHSF), que, na sequência, é reafirmada pelo discurso que contempla e discorre acerca dos aspectos  
85 físico-sociais da bacia. Tendo em vista todos os aspectos mencionados, ele evidencia a ausência de políticas públicas que  
86 se comprometam com a revitalização da bacia e com o bem-estar coletivo, e ainda reforça que a Lei Federal nº  
87 9.433/1997, dispõe sobre a governança das águas, mas que omite a temática dos solos, no que concerne a integração  
88 água-território. Polignano reforça que CBHSF não possui capacidade física-financeira para lidar com as problemáticas que  
89 rodeiam toda a BHSF e, por isso, reforça a importância da pactuação com as demais esferas em prol da defesa do Velho  
90 Chico. Ademais, ele faz um alerta sobre as problemáticas envolvidas no Projeto de Lei (PL) nº 4.546/2021 e de dois  
91 projetos, em andamento, que oferecem grandes riscos socioambientais para a BHSF, sendo eles a construção de uma nova  
92 barragem na calha do rio, em Pirapora/MG e a instalação de uma usina de energia nuclear, no município de Itacuruba/PE.  
93 Por fim, evidencia os eixos estratégicos estabelecidos no Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São  
94 Francisco (PRH SF 2016-2025), que, sob sua perspectiva, são fundamentais para o norteamento do desenvolvimento das  
95 políticas públicas e expõe os pontos primordiais que, ao seu ver, precisam ser levados ao Governo Federal para a  
96 construção do pacto que ele mencionou. Após a conclusão do vídeo, o sr. Maciel Oliveira convida a sra. Larissa Cayres para  
97 integrar a mesa e lhe passa a palavra. Neste momento, a convidada agradece a oportunidade e inicia as discussões  
98 fazendo uma contextualização a respeito do PL nº 4.546, que, de acordo com suas palavras, trata-se de uma tentativa da  
99 instituição de uma Política Nacional de Infraestrutura Hídrica e de alteração da Lei Federal nº 9.433/1997 (Marco Hídrico)  
100 e de artigos da Lei Federal nº 9.884/2000. Segundo a representante da SEMA/BA, esse PL que se encontra em tramitação  
101 na Câmara, na forma como fora proposto – sem a consulta da sociedade – representa um retrocesso às normativas  
102 mencionadas, principalmente no que diz respeito ao preceito da água como bem de domínio público. Ela ainda reitera que

103 o Projeto desconsidera todos os fundamentos acerca das prioridades de uso, e, sob sua óptica, a Lei nº 9.433 dispõe de  
104 insumos o suficiente para a aplicação de políticas públicas, contudo, há a necessidade de avançar na sua implementação.  
105 Para isso, ela diz que é necessário desenvolver articulações políticas, principalmente no âmbito municipal e ampliar a  
106 introdução dos instrumentos de planejamento legais para o cumprimento das diretrizes – que é o gargalo que os  
107 redatores da PL utilizam como um dos argumentos para defendê-la. Ainda discorrendo sobre sua análise do PL, a sra.  
108 Larissa Cayres informa que existem três pontos principais a serem debatidos. O primeiro deles, trata da obrigatoriedade  
109 dos Comitês de Bacia Hidrográfica (CBHs) submeterem seus planos de bacia à aprovação dos conselhos estaduais ou  
110 nacionais mesmo após deferidos pelo próprio Comitê. Na sua perspectiva, essa determinação configura uma regressão,  
111 tendo em vista que a atual conjuntura tem a finalidade de ouvir e atender todas as representações contempladas pelo  
112 CBH, ~~cu~~as quais são múltiplas, e, por isso, cabe a esses indivíduos deliberarem a aprovação ou não. Na sequência, a sra.  
113 Larissa Cayres fala sobre o segundo ponto, que seria a necessidade do avanço do Pacto das Águas, o qual ela comenta  
114 sobre, brevemente. Como último destaque, a convidada discorre sobre a criação de um novo instrumento – conforme  
115 consta no texto do PL – que, na sua leitura, seria responsável por instaurar um mercado de águas e a possibilidade de  
116 geração e complexificação de conflitos e, posto isso, ela afirma que a outorga deva ser um instrumento que garanta o  
117 direito de uso de quem os detém e não uma problemática. Na sequência, a palestrante discorre sobre as possibilidades de  
118 instrumentos de cobrança de acordo com a realidade de cada bacia hidrográfica, citando o estado da Bahia como  
119 exemplo. Nesse sentido, fala que o texto do PL propõe a autonomia do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH)  
120 para implementar a cobrança, caso os CBHs não a façam e, diante disso, volta a afirmar que não cabe ao Conselho decidir,  
121 uma vez que ele não vivencia a realidade da bacia. Na oportunidade, a sra. Larissa Cayres aproveita para expor algumas  
122 questões que, na sua perspectiva, são politicamente pertinentes ao CBHSF. Primeiro, ela ressalta a relevância da  
123 Plataforma SIGA São Francisco em termos de disponibilidade de informação e recomenda a sua utilização. Em seguida, ela  
124 expõe as dificuldades enfrentadas em virtude das alterações realizadas pelo atual Governo na composição do CNRH.  
125 Posteriormente, a representante da SEMA/BA evidencia a necessidade da ampliação da representatividade dentro do  
126 CBHSF, que, ao seu ver, poderá ser consumada por meio da capacitação e comunicação. Por último, ela ressalta a  
127 pertinência do Comitê se posicionar em relação à vinculação ministerial da Agência Nacional de Águas e Saneamento  
128 Básico (ANA), neste contexto de transição de governo. Com a palavra, o sr. Maciel de Oliveira contempla a fala da sra.  
129 Larissa Cayres e faz um apelo de articulação política e institucional das instâncias para a retirada do PL da Câmara, fala que  
130 é reafirmada pelo sr. Heráclito Oliveira de Azevedo. Em discussão, o sr. Altino Rodrigues Neto informa que o Fórum  
131 Mineiro de Comitês está se mobilizando politicamente e elaborou uma carta em oposição à aprovação do PL nº 4.546, a  
132 qual foi destinada ao grupo de transição do governo. O sr. Elias da Silva, ressalta a importância de o Comitê elaborar uma  
133 minuta de proposta complementar, no caso do prosseguimento do PL. O sr. Josias Gomes Ribeiro Filho discorre  
134 brevemente sobre a implementação da cobrança por outorga em Minas Gerais, que foi aprovada para todos os CBHs  
135 mineiros e o sr. Francisco de Assis Gonzaga da Silva reitera a importância da união dos Comitês. **Informes: Simpósio ABRH**  
136 **Nordeste e V Expedição do Baixo SF.** O presidente do CBHSF informa sobre a participação e representação do CBHSF no  
137 XVI Simpósio de Recursos Hídricos do Nordeste (XVI SRHNE) e no 15º Simpósio de Hidráulica e Recursos Hídricos dos  
138 Países de Língua Portuguesa, em Caruaru/PE. Saliencia a relevância de a BHSF estar incluída na pauta desses simpósios,  
139 tendo em vista que eles receberam apoio do CBHSF. Na sequência, o sr. Maciel de Oliveira fala sobre a realização da V  
140 Expedição do Baixo São Francisco e explica que os resultados ainda estão sendo compilados para apresentação posterior  
141 ao Plenário. Com a palavra o sr. Antônio Jackson Lima repassa algumas informações preliminares do resultado da  
142 Expedição, a título de informação. **Apresentação dos coordenadores das CCRs – Balanço dos projetos e ações do exercício**  
143 **2022.** O Secretário do CBHSF introduz a pauta, ressaltando a importância de cada CCR conhecer a realidade das demais e  
144 diz que as apresentações que se sucederão serão fundamentais para isso. Na sequência, convida o coordenador da CCR  
145 Alto SF, sr. Altino Rodrigues, para realizar sua apresentação. Com a palavra, o sr. Altino Rodrigues discorre brevemente  
146 sobre as reuniões realizadas pela instância, o sucesso da campanha Vire Carrancas 2022 – realizada nos municípios de  
147 Pirapora/MG e Buritizeiro/MG – e do apoio dos membros da CCR no acompanhamento de obras e projetos. Em seguida, o  
148 coordenador apresenta os projetos demandados pela CCR Alto SF, sendo eles: requalificação ambiental (contemplou cinco  
149 municípios); sustentabilidade hídrica no semiárido (contemplou dois municípios); Planos Municipais de Saneamento  
150 Básico (PMSBs) (contemplou doze municípios); instrumentos de gestão de recursos hídricos (contemplou cinco afluentes  
151 do SF: SF1, SF2, SF4, SF5 e SF6); projetos especiais (adequação de estradas rurais em três municípios e desenvolvimento  
152 de sistema de Previsão Hidrológica e Hidrodinâmica); projetos de água e esgoto (contemplou quatro municípios); e, por  
153 fim, a capacitação para irrigantes, em Caeté/MG. Dando continuidade, a sra. Rosa Cecília, Secretária da CCR Baixo SF,

154 inicia sua apresentação expondo a realidade fisiográfica do Baixo SF, segue apresentando o cumprimento da agenda de  
155 reuniões da instância, a realização da campanha Vire Carranca 2022 - em Gararu/SE -, a V Expedição Científica do Baixo SF  
156 e o Circuito Penedo de Cinema. Em complemento, o sr. Antônio Jackson Lima expõe as dificuldades que a região sofre em  
157 relação a instabilidade do controle de disponibilidade de água pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Dando  
158 continuidade, a sra. Rosa Cecília apresenta os projetos desenvolvidos pela CCR de sua representação e discorre sobre a  
159 importância deles, sendo eles: requalificação ambiental (Projeto Bosque Berçário das Águas); sustentabilidade hídrica no  
160 semiárido (abrangeu dois municípios); PMSBs (abrangeu seis municípios); infraestrutura e saneamento básico (abrangeu  
161 seis municípios); e demais demandas da DIREC, como o acordo de cooperação técnica entre SEMARH/AL, CBHSF e APV e o  
162 monitoramento do Baixo SF. Na oportunidade, o sr. Pedro Lessa relata que nas reuniões conjuntas com a ANA que ele tem  
163 participado, nota-se a ausência de detalhamento e clareza nas informações que o órgão apresenta e, diante disso, solicita  
164 que os representantes da ANA presentes levem essa demanda à Entidade. Ademais, salienta a importância da  
165 continuidade da mobilização do plenário do Comitê, mesmo após o fim do mandato, reiterando a necessidade desses  
166 indivíduos se manterem atualizados das ações desenvolvidas pelo CBHSF. Dando continuidade às apresentações, o sr.  
167 Ednaldo Campos, coordenador da CCR Médio SF, inicia sua fala ressaltando a necessidade da população tomar  
168 conhecimento acerca do papel desempenhado pelo CBHSF, e que para que isso se torne uma realidade, faz-se necessária  
169 a ampliação da divulgação do CBH. Apresenta o cumprimento da agenda da CCR Médio SF nas reuniões ordinárias e a  
170 realização da campanha Vire Carrancas 2022 – sediada nos municípios de Irecê/BA e Ibotirama/BA. Em seguida, discorre  
171 sobre os projetos reivindicados pela CCR Médio SF, os quais são: requalificação ambiental (recuperação ambiental da  
172 bacia hidrográfica dos rios Verde e Jacaré e seminários em três municípios); PMSBs (contemplou 13 municípios);  
173 sustentabilidade hídrica no semiárido (contemplou três municípios); capacitação para manejo de irrigação na BHSF;  
174 atividades da comissão processante do conflito de uso em Barreiras/BA e Catolândia/BA; e, por último, a participação em  
175 eventos diversos. Para concluir a pauta, o sr. Cláudio Ademar, coordenador da CCR Submédio SF, executa a apresentação  
176 que se inicia com a exposição das atividades executadas pela CCR nos primeiros meses de 2022, a métrica das reuniões e  
177 visitas técnicas, internas e externas, realizadas pela instância no ano, além da campanha Vire Carrancas 2022, nos  
178 municípios de Glória/BA, Paulo Afonso/BA e Abaré/BA. Na sequência, o Coordenador discorre sobre os *status* dos projetos  
179 demandados pela instância, sendo eles: PMSBs (doze municípios contemplados); sustentabilidade hídrica no semiárido  
180 (três municípios contemplados); requalificação ambiental (quatro municípios contemplados); esgotamento sanitário  
181 (Chorrochó/BA); saneamento rural (três municípios contemplados); sistema e políticas de gestão de recursos hídricos;  
182 capacitação para irrigantes em Serra Talhada/PE; expedição científica do submédio, que se encontra em planejamento; e  
183 a participação em eventos diversos. Palavra aberta, o coordenador da Câmara Técnica das Comunidades Tradicionais  
184 (CTCT), sr. Manoel Uilton, registra que a CTCT não pôde contribuir na construção do edital de saneamento rural, cujo  
185 projeto visa atingir comunidades tradicionais e que os critérios de seleção são excludentes e contraditórios, visto que  
186 exige PMSB. Ademais, fala sobre a ausência de uma consulta pública para a escolha dos municípios para implantação das  
187 obras. Em resposta, o sr. Almacks Silva informa que a Lei de Saneamento Básico Nº 11.445/2007 estabelece a delegação  
188 própria dos municípios e o CBHSF precisa estar em conformidade com a lei. **Apresentação das alterações do PAP**  
189 **2021/2025 e POA 2022 ocorridas no exercício 2022.** Thiago Campos, Gerente de Projetos da Agência Peixe Vivo, discorre  
190 sobre a necessidade de remanejar recursos no Plano de Aplicação Plurianual (PAP) para complementar algumas ações que  
191 demandavam recursos e, dessa forma, não finalizar o exercício de 2022 com saldos negativos. Sendo assim, informa que a  
192 Resolução DIREC/CBHSF Nº 133/2022 dispõe os remanejamento de R\$700.000,00 (setecentos mil reais) da ação “2.3.1 –  
193 Estudos, planos, projetos e intervenções destinadas à recuperação ou conservação da cobertura vegetal em áreas de  
194 preservação permanente ou outras áreas voltadas à proteção dos recursos hídricos” para a ação “1.4.1 – Desenvolvimento,  
195 implantação, manutenção ou atualização de sistema de informações e de suporte à decisão sobre recursos hídricos” e de  
196 R\$6.699.117,05 (seis milhões, seiscentos e noventa e nove, cento e dezessete reais e cinco centavos) da ação 2.3.1,  
197 supracitada, para a ação “3.1.2 – Serviços de tecnologia da informação necessários ao funcionamento dos sistemas  
198 corporativos do comitê de bacia hidrográfica e entidade delegatária”. Ademais, o sr. Thiago Campos também apresenta a  
199 Resolução DIREC/CBHSF Nº 139/2022, informando que ela dispõe os remanejamentos de R\$400.0000,00 (quatrocentos  
200 mil reais) da ação “2.1.4 – Estudos, projetos ou obras para implantação, expansão ou adequação de sistemas para coleta,  
201 tratamento e disposição final dos resíduos sólidos” para a ação “1.7.2 – Monitoramento qualitativo dos recursos hídricos  
202 superficiais” e de R\$1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais) da ação 2.1.4 para a ação “1.9.1 – Normas e ações  
203 relacionadas aos sistemas e políticas de gestão de recursos hídricos”. Por fim, tem-se a Resolução DIREC/CBHSF Nº  
204 141/2022 que aprova o remanejo de verba da ação “3.1.1 – Organização e realização de reuniões, eventos internos e

205 *externos do comitê de bacia hidrográfica” para a ação “3.1.3 – Participação dos membros e convidados do comitê de bacia*  
206 *hidrográfica em reuniões e eventos internos e externos e apoio em ações externas de interesse do comitê”. Após finalizar a*  
207 *apresentação das Resoluções, as dúvidas em relação ao remanejamento de recursos foram sanadas pelo Gerente de*  
208 *Projetos. **Deliberação Ad referendum nº 134/2022 que “Aprova a alteração do Programa de Trabalho por meio de***  
209 ***Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 28/ANA/2020 celebrado entre ANA e Agência Peixe Vivo”.** Com a Deliberação*  
210 *Ad referendum CBHSF Nº134/2022 projetada, para a apreciação do plenário, o sr. Thiago Campos explica seu contexto. Diz*  
211 *que o Programa de Trabalho, que consta no Contrato de Gestão Nº 28/ANA/2020, estabelece indicadores – sete, ao total -*  
212 *que avaliam a APV em relação ao cumprimento das metas estabelecidas no Plano de Trabalho. Porém, relata que a equipe*  
213 *da APV, após análises, verificou que existiam discrepâncias – a superação dos 7,5% do valor destinado ao custeio - que*  
214 *tornariam o cumprimento do Indicador 5 (Índice de Desembolso Total) impossível, dada a ilegalidade envolvida em*  
215 *ultrapassar o valor destinado às despesas destinadas ao custeio da Entidade. Nesse sentido, explica que foi solicitado à*  
216 *DIREC e à ANA a aprovação da alteração do CG Nº 28/ANA/2020, através de um Termo Aditivo, para modificar os*  
217 *percentuais referentes ao indicador mencionado. Contudo, elucida que a alteração no Indicador 5, implica,*  
218 *necessariamente, a modificação nos Indicadores 4 (Índice de Desembolso em Ações Finalísticas) e 6 (Taxa de*  
219 *Administração Real) – o que foi levado em consideração no texto da Nota Técnica, anexa ao corpo da Deliberação. Posto*  
220 *isso, informa que a Deliberação, em um primeiro momento foi aprovada, mas após análise minuciosa, constatou-se que a*  
221 *Nota Técnica apresentava algumas inconsistências nos cálculos realizados. Sendo assim, após consulta à DIREC, a Nota foi*  
222 *reavaliada e foi emitida um novo documento, a Deliberação Ad referendum CBHSF Nº 135/2022, que revoga a Deliberação*  
223 *Ad referendum CBHSF Nº134/2022 e expõe os dados corrigidos e o memorial de cálculo. Ao final, o sr. Thiago Campos*  
224 *reforça que o objetivo da Deliberação não é a reivindicação pela redução de esforços da APV, mas sim o reajuste dos*  
225 *percentuais, uma vez que, na forma como foram propostos, seus alcances seriam inviáveis. Em complementação, a sra.*  
226 *Célia Fróes, Diretora Geral da APV, explica que todas as demais Entidades Delegatárias fizeram essa análise e sugeriram a*  
227 *reformulação dos valores dos indicadores, tendo em vista que o entendimento deles mudou ao decorrer do CG – o que é*  
228 *corroborado pelo sr. Volney Zanardi. O sr. Maciel de Oliveira reforça a importância do atendimento às metas, pois elas*  
229 *também dizem respeito ao CBHSF e, por isso, fala sobre a importância da implantação dos programas que constam no*  
230 *Plano de Execução Orçamentária Anual (POA), em detrimento aos pequenos projetos pulverizados, tendo em vista que*  
231 *eles otimizam o trabalho da APV e contribuem para o cumprimento das metas. Em discussão, o sr. Francisco de Assis*  
232 *Gonzaga propõe a constituição de uma comissão de avaliação do CBHSF para acompanhar e ponderar futuros ajustes*  
233 *como o que fora apresentado e o sr. Almacks Silva informa que essa função compete ao Grupo de Acompanhamento do*  
234 *Contrato de Gestão (GACG) e que, caso seja necessário, futuramente, o mesmo poderá ser acionado para tratar de*  
235 *parecer prévio, antes de o assunto ser trazido ao plenário. Em votação a Deliberação Ad referendum CBHSF Nº135/2022 é*  
236 *aprovada por unanimidade. **Deliberação CBHSF que “Aprova o Plano de Execução Orçamentária Anual 2023 – POA 2023***  
237 ***a ser executado com recursos financeiros oriundos da cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do***  
238 ***Rio São Francisco”.** Thiago Campos inicia a pauta fazendo uma breve explanação sobre o significado e as implicações*  
239 *envolvidas no PAP e POA, assim como os meios de acessá-los. Na sequência, ele apresenta um resumo físico-financeiro do*  
240 *POA 2023, o qual tem como planejado a execução de 108 (cento e oito) subações e R\$62.818.278,00 (sessenta e dois*  
241 *milhões, oitocentos e dezoito mil, duzentos e setenta e oito reais). Em discussão, o sr. Elias da Silva questiona a viabilidade*  
242 *de destinar campos dentro do POA para demandas de caráter emergencial que possam vir a surgir dentro das CCRs e, em*  
243 *resposta, o sr. Thiago Campos explica que a estrutura do instrumento é padronizada por um Manual, impossibilitando*  
244 *essa demanda. Na oportunidade, o sr. Cláudio Pereira salienta que a bacia é muito dinâmica e, devido a isso, o Comitê não*  
245 *deveria ter seu olhar atento apenas às metas estabelecidas. Comenta que a proposta de implementação de programas,*  
246 *em detrimento dos projetos, ocasionaria um engessamento do CBHSF e provocaria a exclusão de algumas regiões. Posto*  
247 *isso, expressa sua opinião que o POA 2023 precisa ser aprimorado. Em seguida, o sr. Rivelino de Souza fala acerca da*  
248 *Fiscalização Preventiva Integrada (FPI), ressaltando sua importância, mas questiona o valor destinado ao apoio ao*  
249 *programa – R\$3.030.000,00 (três milhões e trinta mil reais) – valor que poderia ser destinado a projetos de esgotamento*  
250 *sanitário e requalificação ambiental. Além disso, o secretário do meio ambiente de Xique-Xique/BA, fala sobre a*  
251 *inviabilidade do projeto de remoção de macrófitas na lagoa de Itaparica, visto que o problema é crônico. O presidente do*  
252 *CBHSF informa que a proposta do POA 2023 passou por discussões dentro das CCRs e que no caso de surgimento de*  
253 *excepcionalidades – que foram as preocupações levantadas – o Comitê irá tratá-las com os devidos cuidados, contudo, é*  
254 *necessário ter um planejamento para garantir a eficiência e otimização dos trabalhos. Outrossim, fala sobre a*  
255 *possibilidade de o Comitê trabalhar em conjunto com outras instituições para viabilizar, ainda mais, a execução das ações.*

256 Em complemento o sr. Almacks Silva informa que o orçamento previsto para a FPI fora definido na deliberação do PAP,  
257 assim como o projeto de limpeza da lagoa de Itaparica, e, sendo assim, deve ser rediscutido na elaboração do próximo  
258 PAP. Em votação a Deliberação CBHSF Nº 136/2022, que aprova o Plano de Execução Orçamentária Anual de 2023 – POA  
259 2023 a ser executado com recursos financeiros oriundos da cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica  
260 do Rio São Francisco é aprovada de modo unânime pelo plenário. **Deliberação CBHSF que “Aprova calendário e**  
261 **planejamento anual de atividades do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF) para o ano de 2023.**  
262 **Escolha dos locais das Plenárias a serem realizadas em 2023”.** Ohany Vasconcelos, Coordenadora Técnica da Agência  
263 Peixe Vivo, apresenta o planejamento anual de atividades proposto ao Comitê. Salienta a importância de o CBHSF se  
264 comprometer com o cumprimento do calendário proposto, visto que isso é um indicador observado pela ANA na avaliação  
265 do cumprimento das metas do CG. Dito isso, faz a leitura do calendário com as propostas, destacando que a proposta foi  
266 apresentada e discutida com as respectivas instâncias antes de chegar ao plenário, e vai realizando as retificações  
267 solicitadas, à medida que vão surgindo. Em relação às reuniões plenárias, a Sra. Ohany Vasconcelos informa que este é o  
268 momento para sugerir os locais para sediarem os próximos eventos de 2023. Nesse sentido, o sr. Altino Rodrigues propõe,  
269 no intuito de promoção da integração da Bacia, realizar a XLV Plenária Ordinária em São Roque de Minas/MG e a XLVI  
270 Plenária Ordinária, em Penedo/AL. Na oportunidade, o sr. Nelson Rodrigues aproveita para convidar, a quem for de  
271 interesse, para participar do Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental que ocorrerá na semana posterior à  
272 realização da primeira plenária de 2023, no município de Belo Horizonte/MG. Não havendo mais alterações a serem feitas  
273 no cronograma, tampouco mais sugestões de locais para sediar as próximas reuniões plenárias, a Deliberação CBHSF Nº  
274 137/2022, que aprova o calendário e planejamento anual de atividades do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São  
275 Francisco (CBHSF) para o ano de 2023, é aprovada unanimemente, considerando as sugestões do sr. Altino Rodrigues. A  
276 reunião é encerrada e retomada no dia 9 (nove) de dezembro de 2022 às 08h30. **Deliberação CBHSF que “Defere**  
277 **pedido da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba – CODEVASF”.** O sr. Maciel de Oliveira  
278 inicia a pauta fazendo uma contextualização sobre as chuvas acima da média no ano de 2022, as quais afetaram  
279 diretamente a população dos municípios do Baixo São Francisco, principalmente alguns perímetros de irrigação, que  
280 ficaram totalmente alagados. Nesse sentido, a CODEVASF solicitou ao CBHSF, excepcionalmente, a isenção da cobrança  
281 pelo uso dos recursos hídricos relativos ao período de 2022. Diz que a Agência Peixe Vivo elaborou uma nota técnica e que  
282 a CCR Baixo se debruçou sobre o tema e se manifestou favorável. Faz a leitura da Deliberação e abre espaço para  
283 discussão. O sr. Cláudio Pereira comenta que essa decisão pode abrir precedente para outras instituições solicitarem  
284 isenções e entende ser necessária uma avaliação cuidadosa, pois os valores que deveriam ser pagos não são tão  
285 significativos. O Presidente do CBHSF diz que não é a primeira vez que o CBHSF aprova isenção do valor da cobrança e que  
286 o pedido foi avaliado com cautela. Em votação a DN que defere pedido da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do  
287 São Francisco e Parnaíba – CODEVASF é aprovada por unanimidade. **Apresentação do desempenho da implementação do**  
288 **Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco – PRH-SF.** Antes de dar prosseguimento à pauta, o  
289 sr. Maciel de Oliveira informa que alguns membros da delegação de Sergipe tiveram que deixar a Plenária com  
290 antecedência, em virtude da notícia de que a mãe da sra. Xifroneze Santos veio a falecer na madrugada de 09/12 e, diante  
291 do exposto, ele, em nome de todo o CBHSF, manifesta seu pesar pelo ocorrido. Na sequência, passa a palavra ao sr. Thiago  
292 Campos para apresentação da análise preliminar de acompanhamento da implementação do PRH-SF. Thiago Campos  
293 inicia a apresentação lembrando que a aprovação e acompanhamento de um PRH é competência do CBH, aportada pela  
294 Lei Nº 9.433/1997, e que a avaliação da implementação é realizada tomando como base o “Manual para Avaliação da  
295 Implementação de Planos de Recursos Hídricos” desenvolvido pela ANA e pelo Instituto Interamericano de Cooperação  
296 para a Agricultura (IICA). Em seguida, o Gerente de Projetos apresenta os indicadores, por eixo, e o status de cumprimento  
297 deles. Como balanço geral da taxa de execução do PRH-SF, Thiago Campos informa que o número corresponde a 27%, que  
298 é um valor considerável dada a complexibilidade da BHSF. Posteriormente, instrui os membros do Comitê sobre a forma  
299 de acessar essas informações no site do CBHSF. Por fim, expõe as dificuldades encontradas por sua equipe para apurar  
300 informações a respeito do avanço dos indicadores concernentes à saneamento básico, uma vez que os dados levados em  
301 consideração foram do Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e não havendo o Censo de  
302 2020 – em virtude da pandemia – há dificuldades para a realização dessa avaliação. Ademais, também fala sobre a  
303 dificuldade de alcançar o indicador “V – Biodiversidade e requalificação ambiental” dada às dificuldades físico-financeiras  
304 que o viabilize. Aberta as discussões, a sra. Célia Fróes faz uma reflexão acerca da importância do trabalho apresentado  
305 pelo sr. Thiago Campos e fala sobre a importância de se fazer uma revisão para a atualização do PRH – SF adaptando-o à  
306 realidade do CBHSF. Na sequência, a sra. Larissa Cayres informa que participou de uma oficina ministrada pela ANA, cuja

307 temática fora a avaliação da implementação de PRHs, a qual, nas suas palavras, fora muito proveitosa, e, dada as  
308 circunstâncias, ela aproveita para sugerir a participação a quem tem interesse. O sr. Elias da Silva reitera a importância de  
309 a avaliação da implementação do PRH-SF contar com a participação do plenário para angariar uma maior mobilização,  
310 tendo em vista que, para ele, os dois eixos de menor cumprimento aos índices, são aqueles de maior relevância ao CBHSF.  
311 Em contrapartida, o sr. Claudio Pereira manifesta que não acredita que enxugar o PRH-SF seja a melhor solução, mas sim  
312 que os demais atores – para além do CBH – devam assumir suas responsabilidades para a implementação do Plano, o que  
313 é complementado pela fala do sr. Altino Rodrigues, ao relatar o caso do PRH da Represa do Entorno de Três Marias. Em  
314 retorno, o sr. Thiago Campos informa que quando são analisadas as ações de implementação do PRH-SF que são de  
315 exclusividade do CBHSF e da APV, as porcentagens dobram, indicando a boa condução dos mesmos. Posteriormente, o sr.  
316 Maciel de Oliveira reafirma o compromisso da atual DIREC em promover articulações no âmbito municipal e estadual, em  
317 2023, para garantir a transparência e o cumprimento integral do PRH-SF. **Balanco Comunicação CBHSF – 2022.** Com a  
318 palavra, o sr. Paulo Vilela faz uma rápida contextualização acerca do contrato firmado entre a APV e a Tanto Expresso em  
319 atendimento ao CBHSF, e faz uma apresentação do balanço dos indicadores da comunicação no período de 2022. Neste  
320 sentido, o sr. Paulo Vilela afirma que a Tanto Comunicações conseguiu reafirmar seu propósito de realizar uma  
321 comunicação integrada, bem-feita e planejada e, na sequência, projeta o *clipping* da comunicação do CBHSF, que, de  
322 acordo com suas palavras, entre os meses de abril e novembro de 2022, aponta quase dois milhões de reais de retorno  
323 que o Comitê obteve em inserção nos veículos de mídia impressa e na *internet*. Em seguida, apresenta um compilado de  
324 informações da atuação do CBHSF nas mídias tradicionais, suas publicações próprias, como as revistas Travessias e Chico,  
325 além das cartilhas. Outrossim, apresenta os alcances obtidos nas redes sociais – *Facebook, Youtube e Instagram* - do  
326 CBHSF, que, conforme apontam os gráficos, tem crescido com o passar do tempo. Por fim, rapidamente, Paulo Vilela  
327 apresenta a distribuição de toda sua equipe e reafirma o compromisso da empresa com o CBHSF. **Encerramento.** O  
328 secretário do CBHSF aproveita a oportunidade para informar ao plenário que, nos dias 15 e 16 de dezembro, o CBHSF  
329 promoverá o VI Encontro de Comitês Afluentes do Rio São Francisco, evento em que buscar-se-á reunir os relatos dos  
330 representantes dos CBHs afluentes acerca da implementação dos instrumentos de gestão para que, desta forma, essas  
331 informações possam auxiliar o Comitê em seus próximos passos, no que tange sua política de articulação. Uma vez que a  
332 pauta fora esgotada, o sr. Almacks Silva agradece a participação de todos e o apoio técnico da APV, em seguida, passa a  
333 palavra ao sr. Maciel de Oliveira, que também faz seus últimos agradecimentos dá por encerrada, às 11h00, a XLIV  
334 Plenária Ordinária do CBHSF.

335  
336  
337  
338  
339



**José Maciel Nunes de Oliveira**  
Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco

Av. Dr. Antônio Gomes de Barros, n° 625 - sala 211, Jatúba - Maceió / AL  
(31) 98238-5873 - (82) 3325-2244  
presidencia@cbhsaofrancisco.org.br



**Almacks Luiz Carneiro da Silva**  
Secretário do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco

Rua dos Carijós, 166 - V'andar - Centro, Belo Horizonte - MG  
(31) 9 9879-8527  
secretaria@cbhsaofrancisco.org.br

340